

ESTADO DE SÃO PAULO Agora, linha dura nas estatais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As empresas estatais vão cortar 10% nas despesas com pessoal e zelar seu déficit operacional em 1986. Só poderão iniciar novos investimentos, acima de Cr\$ 100 bilhões, desde que a Seplan determine sua prioridade e o presidente da República dê autorização.

Essas são algumas das medidas que o governo anunciará hoje, no âmbito do pacote de contenção dos gastos públicos. O professor João Manuel Cardoso de Melo, assessor especial do ministro da Fazenda, chegou a dizer que o corte nas despesas públicas alcançará Cr\$ 80 trilhões. Esse número não foi confirmado pela Seplan. O ministro João Sayad acha que o pacote total, entre aumentos de impostos, redução de juros e de despesas, representará um total de Cr\$ 120 trilhões.

O ministro Sayad fez duas exposições ontem, ao lado de Funaro, às bancadas da Aliança Democrática na Câmara e no Senado. Sayad disse que o governo pretende demonstrar à sociedade que o dinheiro do contribuinte está sendo cuidado com zelo, e que a máquina estatal deverá funcionar com mais eficiência e operosidade.

MORDOMIAS

Na área de mordomias, apenas



Foto Alencar Monteiro-Telefoto Estado

A bancada da Aliança Democrática ouve as explicações

ministro, secretário-geral, consultor e procurador-geral da República e presidente de empresa estatal terão automóvel à disposição. O governo colocará à venda várias centenas de carros pretos. Hoje eles alcançam 2.650, apenas em Brasília, 720 a mais do que o permitido pela lei de mordomia atual.

Será proibida a locação ou construção de novos imóveis funcionais ou para órgãos públicos. Também se-

rá proibida a contratação de novos funcionários até julho de 1986. Haverá um corte de 20% no custeio da administração indireta.

ESTATAIS

Sayad anunciou também que o programa de privatização de empresas estatais será extremamente ágil. Será feita a avaliação do patrimônio da estatal, uma convocação para licitação pública e venda. O governo, porém, só venderá a estatal de acor-

do com seu patrimônio, o que pode apresentar dificuldades em relação ao preço efetivo do mercado.

As empresas estatais consideradas típicas de governo serão transferidas do controle da Sest para o controle da SOF — Secretaria de Orçamento e Finanças, da Seplan.

ADIAMENTO

Líderes do governo disseram que o adiamento do envio do pacote fiscal ao Congresso, de ontem para hoje, não foi provocado pela necessidade de exame, por parte do governo, de eventuais propostas de deputados e senadores, apresentadas ontem, durante reunião com os ministros Dilson Funaro e João Sayad. O adiamento ocorreu, segundo o ministro José Hugo Castelo Branco, porque a mensagem teria de ser ordenada, de acordo com a boa técnica legislativa.

A nossa participação foi decisiva — comentou o líder do governo e do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, referindo-se à influência da Aliança Democrática na formulação da reforma fiscal, esperada hoje no Congresso. Acrescentou que há dias os líderes do PMDB e do PFL, que integram o conselho político, vêm acompanhando a elaboração das medidas fiscais e a posição do governo Sarney diante da dívida externa.